

INSEGURANÇA E VIOLÊNCIA NO TRABALHO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DE SALVADOR, BRASIL

*Gerfson Moreira Oliveira**, *Tânia Maria de Araújo***, *Fernando Martins Carvalho****

Autor correspondente: Gerfson Moreira Oliveira; Endereço: Rua Nossa Sra. De Brotas, 107 - Ed. Fauna Ap 1003 - Brotas, Salvador -Bahia, CEP: 40.283-170 Tel: 71 9918-2166. E-mail: gerfson@gmail.com

* Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Coordenador de Capacitação do CAPSad Gregório de Matos ARD-FC-FMB (UFBA) e Professor Adjunto da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública; Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, Departamento de Medicina Preventiva e Social da UFBA, Salvador, Bahia, Brasil

** P.H.D.; Professora Titular do Núcleo de Epidemiologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, Brasil

*** P.H.D.; Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

Resumo

A violência no âmbito do trabalho policial engloba diversas manifestações, desde atos de agressão à opressão de trabalhadores que estão submetidos a condições e ambientes precários e inseguros. O objetivo deste estudo é descrever as condições do trabalho e de segurança dos delegados de polícia civil da cidade de Salvador, Bahia, Brasil, enfocando os aspectos da violência e vitimização. Método: Estudo de corte transversal incluindo 152 delegados de polícia de Salvador, Bahia, com aplicação de questionário padronizado contendo informações sobre as condições de trabalho e de segurança nas atividades profissionais desenvolvidas e a ocorrência de situações de violência. Resultados: No grupo estudado, 65% dos delegados relatam meios de proteção e segurança insuficientes e 63% consideram o trabalho pesado; 90% dos delegados vivenciam situações emocionalmente demandantes na atividade profissional. Constata-se ainda que 83% consideram violento o cotidiano do trabalho; 30% do grupo afirma ter presenciado atos de agressão ou ameaça praticada entre os colegas no local de trabalho e 38% relatam sofrer agressão psicológica fora do contexto profissional. A prática abusiva de poder foi referida por 19,3% do grupo. Acidentes de trabalho no último ano são relatados por 16% dos entrevistados e 18,9% se ausentaram por mais de 15 dias da atividade profissional por apresentarem problemas de saúde. Conclusão: Identifica-se altas demandas físicas e emocionais no trabalho dos delegados e delegadas de polícia, vulnerabilidade nas relações entre os pares e condições inseguras no contexto profissional. Os problemas de saúde mental são as principais causas de afastamento do trabalho por mais de quinze dias.

Palavras-chave: Condições de trabalho; Segurança no trabalho; Violência; Polícia judiciária.

INSECURITY AND VIOLENCE IN THE WORK OF CITIZEN POLICE OFFICERS FROM SALVADOR, BRAZIL

Abstract

The violence in police work reflects various manifestations, from acts of aggression for the oppression of workers who are subject to conditions and precarious and insecure environments the goal of this study was to examine working conditions and safety of police officers from the city of Salvador Bahia Brazil, focusing on aspects of violence and victimization. Method: Cross-sectional study including 152 police officers from Salvador, Bahia. We used a questionnaire with information about work conditions and safety in professional activities carried out and incidents of violence. Results: In study group, 65% reported that the means of protection and security are insufficient and 63% felt the heavy work, 90% of police officers attended an emotionally plaintiffs in professional activity. It was found that 83% felt the violent daily work, 30% of the group confirmed it had seen acts of aggression or threat practiced between colleagues at work and 38% reported having suffered psychological aggression outside the professional context. The abuse of power was reported by 19.3% in the group. Work-related accidents last year was reported by 16% and 18.9% of respondents were absent for more than 15 work days due to health problems. Conclusion: We identified high physical and emotional demands on the work of police officers, vulnerability in relations between colleagues and unsafe conditions in the professional context. The mental health problems were the main causes of absence from work for more than fifteen days.

Keywords: working conditions, safety at work; violence; police officer.

INTRODUÇÃO

O Brasil, nos últimos trinta anos, vivencia um aumento da violência expressos nos indicadores de saúde e segurança pública. O Estado da Bahia e, em especial, a cidade de Salvador, destaca-se como uma metrópole de grande violência no país.⁽¹⁾

O aumento expressivo destes indicadores tem acarretado sobrecarga física e psicológica para os trabalhadores desse setor. Ademais, as dificuldades encontradas no contexto de trabalho interferem no desempenho e na qualidade de vida destes profissionais, aumentam os riscos para o adoecimento físico e mental, além de elevar as taxas de mortalidade entre esses trabalhadores.⁽²⁻⁴⁾

A violência, entretanto, não pode ser compreendida como um elemento isolado. Estudos revelam

diferentes perspectivas para explicação da violência com destaque para os aspectos socioculturais, políticos e econômicos envolvidos neste complexo fenômeno social.^(4,5)

Para os profissionais da segurança pública que lidam com este fenômeno no seu cotidiano, a violência pode ser fonte de estresse tanto pela questão da vitimização quanto pelas representações conflitivas decorrentes da necessidade de enfrentamento e os sentimentos de medo no exercício da profissão.⁽⁶⁾ Apesar de alguns autores ressaltarem concepções diferentes entre uso da força e atos de violência na atividade do policial, este limite é tênue e está em constante discussão no cotidiano destes profissionais.⁽⁷⁾

MÉTODOS

A violência ocorrida no âmbito do trabalho policial engloba diversas manifestações, que vão desde atos de agressão à opressão de trabalhadores que estão submetidos a condições e ambientes precários e inseguros.⁽⁸⁾ As condições inseguras ou a falta de segurança no trabalho são os fatores que mais provocam acidentes e doenças ocupacionais.⁽⁹⁾

A condição insegura, diferentemente da atividade de risco, é passível de neutralização ou minimização por meio de adequada precaução/prevenção.⁽⁹⁾ Assim, constitui-se atividade de risco o trabalho policial em contextos insalubres e exposto a violência; já a atuação policial durante uma perseguição sem equipamentos de proteção, coletes balísticos, por exemplo, constituem condições inseguras de trabalho.

Para Minayo,⁽¹⁰⁾ o setor da segurança pública deve ser compreendido sob o enfoque epidemiológico, social e ocupacional. O primeiro enfoque apresenta um conjunto de referências quanto aos perigos à saúde e segurança nas atividades laborais, o segundo aponta um panorama de fatores envolvidos no manejo e habilidades de enfrentamento dos policiais e o terceiro, refere-se à própria natureza do trabalho destes profissionais, dentre eles, o delegado de polícia civil.

A profissão de delegado de polícia constitui um grupo ocupacional de vulnerabilidade. Diferentes características psicossociais, profissionais, políticas e institucionais relativas ao trabalho e às condições nos quais esse trabalho é executado se articulam para produzir este quadro.⁽¹¹⁾ A investigação dos aspectos que compõem o contexto de trabalho desses profissionais, entre eles o fenômeno da violência, os mecanismos de poder, as condições de trabalho e a saúde ocupacional, pode trazer elementos estratégicos para a compreensão de uma importante instituição no sistema de segurança pública.

Este estudo objetiva descrever as condições de trabalho e de segurança dos delegados de polícia civil que atuam na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, enfocando os aspectos da violência e vitimização vivenciadas no cotidiano profissional.

Esta pesquisa epidemiológica de corte transversal investigou delegados e delegadas de polícia civil em exercício profissional nos diversos cargos dos setores técnico-administrativos, delegacias especializadas e circunscrições localizados na cidade de Salvador-Bahia.

O critério de inclusão dos sujeitos foi estar em pleno exercício profissional e concordar em participar da pesquisa. Dos 165 delegados da capital estimados para serem incluídos no estudo, 152 participaram da entrevista e responderam ao questionário (92,2%). Oito delegados não aceitaram participar (4,8%) e cinco delegados não foram localizados durante as três tentativas de entrevistas realizadas (3,0%). As entrevistas foram conduzidas por três psicólogos treinados entre os meses de maio e setembro de 2010. Para garantir níveis mais elevados de padronização na coleta de dados, foi utilizado um manual de instruções básicas para orientar os procedimentos durante a entrevista. Um diário de campo para registro das atividades também foi feito para incluir informações mais globais sobre os contextos laborais, as dificuldades na realização do estudo e impressões gerais sobre o trabalho do delegado de polícia.

A participação dos delegados foi voluntária e as informações foram coletadas por meio de entrevistas e aplicação de questionário no ambiente de trabalho, em local reservado. Após esclarecimento dos objetivos da pesquisa e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, havendo concordância, iniciava-se a entrevista.

O questionário padronizado continha 178 questões agrupadas em cinco blocos contendo informações sobre: a) características sociodemográficas e estilo de vida; b) informações gerais sobre a atividade profissional incluindo questões relacionadas às demandas físicas e emocionais do trabalho (medidos pelo *Job Content Questionnaire* – JCQ)⁽¹²⁾; c) informações sobre a saúde geral (contendo perguntas sobre a percepção do estado de saúde, uso de medicações, diagnóstico médico prévio, queixas de saúde e utilização do serviço médico da instituição);

d) informações sobre a saúde mental, utilizando-se o *Self-Reporting Questionnaire – SRQ-20*⁽¹³⁾; e e) segurança no trabalho, com questões sobre segurança pessoal no trabalho e situações de violência vivenciadas no trabalho ou fora dele.

Neste estudo foram analisadas as questões que se referiam às características sociodemográficas, condições de segurança, exigências físicas e emocionais do trabalho, situações de violência e vitimização vivenciadas no contexto de trabalho e o papel de delegado diante das situações de violência.

Os resultados foram descritos a partir dos dados obtidos do bloco de questões relativas a identificação sociodemográfica (idade, sexo, nível de instrução), características profissionais (tempo de função e atribuições), condições de trabalho e segurança ocupacional, atos de violência e vitimização e aspectos relacionados à saúde dos delegados de polícia civil. Utilizou-se o programa “*Statistical Package for the Social Sciences*” – SPSS, versão 9.0 para Windows, para análise dos resultados.

Com o objetivo de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa, manteve-se o anonimato do delegado no preenchimento do questionário. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital São Rafael (processo nº CE CEP/HSR 41/09) em 07/12/2009.

RESULTADOS

Quanto ao perfil sociodemográfico do grupo estudado, predominou o sexo feminino (59,9%), na faixa etária entre 40 e 59 anos (59,8%), casados ou com união estável (62,5%). A realização de curso de pós-graduação foi mencionada por 75% dos delegados, com maior proporção entre as mulheres (79,2%). A maioria dos policiais estudados realizava atividades técnicas de caráter administrativo (63%).

Dentre as condições de trabalho analisadas, destacaram-se a falta de equipamentos de proteção (65%); a inadequação dos recursos de proteção e dos materiais (58%) e dos equipamentos para realização das tarefas (53%) (Tabela 1). Quanto às demandas físicas do trabalho, a maioria dos delegados e delegadas (63%) considerou as tarefas ocupacionais pesadas, 61,8% relataram passar longos períodos com o corpo em posição anatomicamente incômoda e por longo tempo com a cabeça e os braços em posição de desconforto (52%). Chama a atenção o elevado percentual de profissionais que consideravam o trabalho como emocionalmente demandante (90%) e relataram que omitiam as verdadeiras emoções no ambiente profissional (63,8%) (Tabela 1), indicando tratar-se de um trabalho com sobrecarga de demandas emocionais.

Tabela 1 - Condições de segurança e exigências no trabalho dos delegados e delegadas de polícia civil de Salvador, Bahia, Brasil, 2010

CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO	N	%
Equipamentos e materiais de proteção para o trabalho		
Meios de proteção e segurança insuficientes	100	65,8
Meios de proteção e segurança inadequados	87	58,0
Equipamentos e materiais inadequados para o trabalho	80	53,0
Demandas físicas		
Trabalho pesado	97	63,8
Longos períodos com o corpo em posição incômoda	94	61,8
Longos períodos com cabeça e braços em posição incômoda	79	52,0
Exigência de atividade física rápida e contínua	53	34,0
Demandas emocionais		
Trabalho emocionalmente demandante	123	90,0
Omissão das verdadeiras emoções no trabalho	97	63,8

Fonte: Oliveira (2011).⁽¹⁴⁾

Quanto às situações de ameaça e insegurança no trabalho, 39,5% relataram que a sua segurança pessoal havia sido ameaçada no ambiente profissional e 15,8% percebiam ameaça quanto à segurança dos seus pertences e bens pessoais. Nos últimos 12 meses, 30% do grupo referiram já ter havido, ao menos, um episódio de agressão ou ameaça praticada por chefes ou colegas de trabalho a outro colega de trabalho; 28% relataram já ter

sofrido atos de agressão ou ameaça praticada por usuários do serviço policial e 27% dos delegados e delegadas presenciaram episódios de agressão ou ameaça praticada por colegas a usuários do serviço policial. Os atos de violência vivenciados fora do local de trabalho estavam relacionados, principalmente, a agressões psicológicas (38,2%) e acidentes de trânsito (7,2%) (Tabela 2).

Tabela 2 - Percepção de insegurança e atos de violência com relação aos últimos 12 meses referidos pelos delegados e delegadas de polícia civil de Salvador, Bahia, Brasil, 2010

DESCRIÇÃO	N	%
Percepção de insegurança no local de trabalho		
Segurança pessoal ameaçada	60	39,5
Segurança dos pertences e bens pessoais ameaçada	24	15,8
Atos de violência/vitimização ocorridos no local de trabalho		
Agressão ou ameaça praticada entre os colegas de trabalho	46	30,0
Agressão ou ameaça sofrida, praticada por usuários	42	28,00
Agressão ou ameaça praticada por colegas a usuários	41	27,0
Atos de violência/vitimização ocorridos fora do local de trabalho		
Agressão psicológica	58	38,2
Acidentes de trânsito	11	7,2
Agressão física	5	3,3
Negligência	1	0,7
Outros	4	2,6

Fonte: Oliveira (2011). (14)

Ao serem questionados se consideravam o cotidiano do trabalho dos delegados e delegadas violento, a maioria (83,6%) respondeu que sim, sendo as principais situações aquelas relacionadas à exposição à violência e criminalidade (69,5%), a condições inadequadas de trabalho (15%) e a especificidade da profissão (8%). Sobre o papel do delegado de polícia civil diante das situações de violência, a maioria (37,3%) afirmou representar papel de vítima; 33,3% considerou representar papel de vítima e

agressor; 15% afirmaram representar papel de mediador e 14,4% registraram outras representações.

Em relação à prática abusiva de poder no exercício profissional, 19,3% responderam que já praticaram abuso de poder e 93,4% afirmaram existir colegas delegados praticando abuso de poder.

Quanto aos acidentes de trabalho, de acordo com os dados registrados, 16% dos delegados e delegadas já sofreram, ao menos, um acidente de trabalho e 25,7% ficaram afastados do trabalho no último

ano por problemas de saúde. Dos afastamentos ocorridos, 18,9% se ausentaram por mais de 15 dias pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Os principais motivos de afastamento pelo INSS foram: depressão (32%), câncer e problemas osteoarticulares (18%) (Tabela 3).

Tabela 3 - Principais motivos de afastamentos por mais de 15 dias referidos pelos delegados e delegadas de polícia civil de Salvador, Bahia, Brasil, 2010 (N=28)

MOTIVOS DE AFASTAMENTO PELO INSS	N	%
Depressão	9	32,0
Câncer	5	18,0
Problemas osteoarticulares	5	18,0
Cirurgias	3	11,0
Outros	7	25,0

Fonte: Oliveira (2011).⁽¹⁴⁾

Dos 152 delegados e delegadas entrevistados, 86,2% registraram diagnóstico médico de uma ou mais doenças nos últimos 30 dias da realização da pesquisa. A prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) foi elevada, 37,5%.

DISCUSSÃO

O perfil sociodemográfico relativo à faixa etária e situação conjugal dos delegados e delegadas pesquisados converge com o perfil dos delegados de polícia do Brasil. No estudo de Sadeck & Arantes,⁽¹⁵⁾ identificou-se que 74% dos profissionais estavam na faixa etária entre 25 e 59 anos e 71,6% dos mesmos declararam-se casados. Nossos achados revelaram ainda aumento expressivo no número de delegadas, assim como maior nível de escolaridade em relação ao perfil nacional.

A inserção de mulheres na área de segurança pública vem crescendo rapidamente no mundo, tendo como justificativa a maior participação feminina no mercado de trabalho, as políticas de ações afirmativas, as leis antidiscriminatórias e de proteção às mulheres e as “habilidades femininas” de comunicação e flexibilidade.⁽¹⁶⁻¹⁷⁾ No Brasil, este cresci-

mento foi mais expressivo após a constituição de 1988 e com a criação de concursos públicos para o cargo de delegado. Quanto à formação profissional, existe maior investimento educacional das delegadas na qualificação profissional quando comparados com os delegados.⁽¹¹⁾

O perfil dos entrevistados evidenciou maior número de profissionais exercendo atividades administrativas. O fato de terem sido selecionadas apenas unidades lotadas na capital, pode ter influenciado nestes resultados já que maioria dos departamentos administrativos fica localizada em Salvador, aumentando, conseqüentemente, a representação de delegados que trabalhavam nesses setores. Ainda assim, muitos delegados e delegadas que exerciam atividades administrativas também trabalhavam em escalas de plantão nas diversas delegacias da cidade, o que aumentava a sua exposição à criminalidade e aos riscos ocupacionais.

Entre as condições de trabalho relatadas ganhou destaque a falta de recursos e equipamentos de proteção e segurança e a inadequação dos mesmos para realização do trabalho, condições que denunciam situações de trabalho precárias e inseguras. A precarização do trabalho e as dificuldades

encontradas no ambiente ocupacional são os problemas mais comuns encontrados nas pesquisas realizadas com policiais no Brasil. ^(6,18) Associados a estes fatores existiam as altas exigências físicas e emocionais às quais, geralmente, os profissionais estavam submetidos. Neste estudo, os dados revelaram que, na experiência dos delegados e delegadas, as elevadas exigências físicas e psicológicas vivenciadas caracterizavam uma população muito vulnerável aos problemas de saúde.

Trabalhadores submetidos a elevadas demandas físicas apresentam maiores prevalências de dor e doenças musculoesqueléticas em algumas regiões do corpo. Em estudo com policiais civis e militares do Rio de Janeiro, foi constatado que as dores no pescoço, costas e colunas também eram problemas frequentes enfrentados pelos profissionais de ambas as corporações, assim como as demandas emocionais estiveram estatisticamente associadas ao sofrimento mental entre estes trabalhadores. ⁽⁶⁾

Um número expressivo de delegados e delegadas relatou sentir sua segurança pessoal e de pertencentes ameaçada no trabalho, o que era esperado já que muitos delegados estavam em contatos constantes com criminosos nas ações policiais e nas delegacias que funcionavam como presídios. Policiais civis expressam temor e insegurança na realização de suas atividades, principalmente com relação aos riscos de invalidez temporária e/ou definitiva provocada por situações de agravos ou lesões. Na cidade do Rio de Janeiro, de 1994 a 2004, cerca de 594 policiais civis foram aposentados por terem sofrido lesões temporárias ou permanentes no trabalho. ⁽⁶⁾ A imersão destes sujeitos na área de segurança pública gera um impacto tão profundo na sua vida pessoal e social, que muitas vezes, além dos riscos reais vivenciados no seu cotidiano, eles criam riscos imaginários que podem interferir em seus comportamentos e na sua qualidade de vida. ⁽¹⁸⁾

Uma prática recorrente entre as instituições policiais e presente no contexto de trabalho dos delegados e delegadas estudados é o uso abusivo do poder, caracterizado como uma violência na atividade laboral. ⁽¹⁹⁾ O abuso de poder praticado pela

polícia é frequente nos centros urbanos das Américas, embora exista uma variação conforme características populacionais (consciência cidadã, nível de aceitação social da violência e controle social) e políticas governamentais (orientação governamental para o uso da violência e padrão de relacionamento entre governo e população). ⁽²⁰⁾

Estudos sobre os abusos de autoridade praticados por policiais na cidade de Salvador, Bahia, alertam para a ênfase na arbitrariedade violenta do policial em detrimento da aplicação da lei e proteção da sociedade e ressaltam a importância da existência de instâncias governamentais e sociais de controle da violência policial e de apoio a redução da criminalidade. Além destas, propõem medidas de redução das desigualdades e o desenvolvimento de mecanismos mais criativos (e menos coercitivos) de promoção da segurança da população. ⁽⁵⁾

No entanto, o reconhecimento desta prática pelos delegados e delegadas de polícia civil é controverso. Enquanto uma minoria reconhece o uso abusivo do poder no exercício profissional, quase a totalidade dos delegados relatou existir colegas de profissão praticando abuso de poder. Ao focalizarem as experiências dos policiais no exercício de suas funções, alguns estudos identificaram que muitos destes profissionais condenam a violência e a arbitrariedade cometida por seus pares e ressaltam que estes trabalhadores demonstram representações conflitivas e sofrimento psíquico diante das práticas violentas no trabalho. Ademais, definem prioritariamente a força física como expressão de violência e tendem a não reconhecer em si comportamentos violentos, sendo esta uma manifestação do outro, aquele que viola os direitos humanos e exerce de forma inadequada o poder. ⁽²¹⁾ A arbitrariedade presente na abordagem policial favorece ainda mais a disseminação da violência urbana e fragiliza a relação de confiança entre a instituição policial e as comunidades, comprometendo a atuação eficaz da polícia na garantia da ordem e da segurança da população. ⁽²²⁾

Estes dados são reforçados pelo posicionamento referente ao papel do delegado e da delegada

diante das situações de violência. Majoritariamente, o grupo estudado se colocou na posição de vítima, embora um número expressivo tenha referido dupla condição: tanto exerce o papel de vítima quanto de agressor diante destas situações, indicando que, na atualidade, há uma relativa autocrítica quanto a contribuição deste profissional na disseminação da violência.

A análise das questões relativas à ocorrência de atos de agressão ou ameaças no ambiente de trabalho nos últimos 12 meses revelou que o maior percentual foi de agressão praticada por colegas de trabalho a outros colegas de trabalho. Caracterizada como violência nas relações de trabalho, este tipo de conflito ocorre, geralmente, em situações de conversão de autoridade em autoritarismo, constrangimentos, perseguições, ameaças e humilhações.⁽¹⁹⁾ Embora as pesquisas sobre cultura policial apontem características de solidariedade e companheirismo entre colegas de profissão, estes dados referem-se a toda a corporação, sendo pesquisados, em sua maioria, agentes de polícia e escrivães.⁽¹⁸⁾

Um estudo sobre o perfil social e ocupacional dos delegados de polícia civil de São Paulo destacou que o reconhecimento entre os pares não é um valor central que orienta a carreira deste profissional, e apontou relações verticalizadas no contexto de trabalho, ressaltando que o desempenho cotidiano da função se dá em delegacias diversas e em equipes de plantão distintas, dificultando a maior coesão do grupo.⁽¹¹⁾ O baixo suporte social na ocupação e a falta de apoio dos superiores no desenvolvimento das atividades também têm sido considerados os principais obstáculos ao bom funcionamento da polícia.^(15,18) Apesar dos conflitos relacionais serem constitutivos dos processos de trabalho, eles não necessariamente são nocivos ao desenvolvimento profissional e a eficácia ocupacional. Os conflitos podem ser construtivos quando as relações interpessoais no trabalho têm como base um gerenciamento flexível que ofereça espaço de escuta e negociações. Um sistema de relações de trabalho pautado no enfrentamento e controle excessivo, no medo e no modelo

de relações autocráticas, transforma a dinâmica de interesses divergentes em sofrimento para os trabalhadores, comprometendo o bem estar da equipe e a qualidade dos serviços prestados.⁽²³⁾

A criminalidade foi referida pela maioria como fator de preocupação no trabalho, mesmo entre aqueles que desempenhavam tarefas de menor exposição, como os setores administrativos. Nos últimos anos, Salvador tem sido considerada uma das capitais mais violentas do país. De acordo com os dados do Observatório de Segurança Pública da Bahia (OSPBA), as taxas de homicídios dolosos e roubos seguidos de morte nos últimos 10 anos (1999 a 2009) aumentaram 55,7%.⁽²⁴⁾ O elevado índice de violência tem impacto importante na saúde e no desenvolvimento do trabalho dos delegados e delegadas. Do início desta pesquisa (outubro de 2009) à sua finalização (dezembro de 2010), dois delegados de polícia civil foram assassinados no estado, um no interior e outro na região metropolitana de Salvador. Adicionam-se a este contexto os acidentes de trabalho e as tentativas de homicídio praticadas contra estes profissionais e seus familiares.

A ocorrência de acidentes de trabalho entre policiais civis geralmente é inferior a outros profissionais da segurança pública, como policiais militares. A polícia militar se expõe mais a criminalidade devido ao trabalho ofensivo e de repressão, enquanto os delegados e policiais civis atuam mais como investigadores.⁽⁶⁾ No entanto, no que concerne a acidentes fatais, existe elevada taxa de mortalidade entre policiais quando comparados com a população brasileira masculina em geral, e diferenças significativas na prevalência de morte de policiais civis quando comparadas com guardas municipais, o que corresponde, dentre outros motivos, ao processo de trabalho de cada categoria. As agressões a guardas municipais costumam ser menos letais, devido à forma com que são agredidos, geralmente são vítimas de pauladas e pedradas, enquanto os policiais civis são mais agredidos com armas de fogo.^(3,6)

Os atos de violência ocorridos fora do local de trabalho evidenciam que, mesmo em situações de folga e interação social em outros contextos, o delegado e a delegada vivenciam situações de conflito e tensão que podem resultar em vitimizações em decorrência da profissão que exercem. As taxas de mortalidade de policiais civis do Rio de Janeiro em situações de folga estiveram relacionadas a acidentes de trânsito (28,8%) e a situações de brigas e agressões (25,5%).⁽⁶⁾

Os delegados e delegadas que se afastaram do trabalho devido as condições de saúde por mais de 15 dias, apresentaram, em sua maioria, problemas relativos à saúde mental. As condições inseguras no trabalho do delegado e da delegada, a percepção de risco elevado para o exercício da profissão, as relações de trabalho e a exposição à criminalidade tem impacto direto na qualidade de vida e saúde mental destes trabalhadores, dado ao alto índice de prevalência de transtornos mentais comuns entre os delegados estudados. Estes resultados são maiores do que os encontrados em policiais civis do Rio de Janeiro e agentes penitenciários de Salvador, que identificaram prevalências de 20,2% e 30,7% respectivamente.^(6,25)

Os achados encontrados devem ser considerados com cautela em função de possíveis vieses. O número reduzido de delegados e delegadas entrevistados e o efeito trabalhador sadio podem ter influenciado a representatividade do estudo. Ainda existe a possibilidade de perdas de informações decorrentes de delegados e delegadas que abandonaram a profissão por um problema de saúde relacionado ou não ao trabalho, que, por alguma razão, estavam ausentes, afastados, acidentados ou tinham falecido no período de realização do estudo.

As limitações de ordem metodológica são comuns às investigações realizadas com a polícia em todo o mundo, especialmente no Brasil, seja em função das restrições ao acesso a informações por parte das Corporações, seja pelo receio que os policiais tem de serem prejudicados quando informam sobre si próprios.⁽⁶⁾

Situações vivenciadas fora do contexto de trabalho, como às relativas a vida social e familiar, o histórico de ocupações anteriores e a condições de saúde antes do trabalho como delegados, também poderiam influenciar a saúde física e/ou mental dos indivíduos pesquisados. Como se trata de um estudo descritivo, estes dados não foram investigados.

Os resultados encontrados, entretanto, apontam importantes questões referentes ao contexto de trabalho, situações de violência e a saúde destes profissionais e estimulam novas investigações para um melhor entendimento do exercício profissional dos delegados e delegadas de polícia civil.

REFERÊNCIAS

1. Peres MFT. Violência por armas de fogo no Brasil - Relatório Nacional: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo. São Paulo; 2004.
2. Patis K. Stress e isolamento social versus stress e atividade de resgate ao público: nota prévia. In: Anais do V Congresso da Associação Nacional de Medicina do Trabalho. Florianópolis: Associação Nacional de Medicina do Trabalho; 1987. 785-9.
3. Souza, ER, Minayo MCS. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. Ciênc. Saúde Coletiva. 2005;10(4):917-928.
4. Zaluar A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo perspect. 1999; 13:3-17.
5. Machado EP, Noronha CV. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. Revista de Sociologia. 2002; 7:188-221.
6. Mianayo MCS, Assis SC, Oliveira RV. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos Policiais Civis e Militares do Rio de Janeiro. Ciênc. Saúde Coletiva. [acesso em 2010 nov. 28]. 16(4):2199-2209. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br>
7. Pinheiro PC, Almeida GA. Violência urbana. São Paulo: PubliFolha, 2003.

8. Minayo MCS. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. *Cad. saúde pública*. 1994;1(10):7-18.
9. Vilela RAG, Iguti AM, Almeida, IM. Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho. *Cad. saúde pública*. 2004; 20(2).
10. Minayo MCS, Souza ER, Constantino P. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
11. Bonelli MG. Perfil social e de carreira dos delegados de polícia. In: Sadek, MT, organizadora. *Delegados de polícia*. São Paulo: Sumaré: Fundação Ford; 2003. p. 31-67.
12. Araujo TM, Karasek R. Validity and reliability of the job content questionnaire in formal and informal jobs in Brazil. *SJWEH Suppl*. 2008;6:52-59.
13. Mari JJ, Williams PA. A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of São Paulo. *Br J Psychiatry*. 1986; 148:23-6.
14. Oliveira GM. Trabalho e Saúde dos Delegados de Polícia Civil de Salvador- Bahia-Brasil [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2011.
15. Sadek MT, Arantes RB. Delegados de polícia: quem são e o que pensam. *Cadernos Adenauer*. 2003; 5(3) 57-70.
16. Fernandez MM. *Mujeres policía*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, Siglo XXI de Espana, 1994.
17. Silveira NMB. *As delegadas de polícia de São Paulo: profissão e gênero [dissertação]*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2009.
18. Minayo MCS, Souza, ER., organizadores. *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond; 2003.
19. Oliveira RP, Nunes MO. Violência relacionada ao trabalho: uma proposta conceitual. *Saúde soc*. 2008;17 (4):22-34.
20. Chevigny P. *Edge of the knife: police violence in the Americas*. New York: The New Press; 1995.
21. Bretas ML. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo soc*. 1997;9 (1):79-94.
22. Peres MFT, Cardia N, Neto PM, Santos PC, Adorno S. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. *Rev panam salud publica*. 2008; 23(4):268-276.
23. Mendes AM. *Psicodinâmica do Trabalho: Teoria, Método e Pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2007.
24. Bahia. *Observatório de Segurança Pública da Bahia. O Desafio da Segurança Pública na Bahia*. [acesso em 2010 nov. 27]. Disponível em: <http://www.observatorioseguranca.org/estatisticas>
25. Fernandes RCP, Silvany Neto AM, Sena GM, Leal AS, Carneiro CAP, Costa FPM. Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região metropolitana de Salvador, Brasil. *Cad. saúde pública*. 2002; 18:807-16.